

Faria de Sá garante que comissão aprova 4 anos

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) assegurou, ontem, que o projeto de decisão de sua autoria, fixação imediata do mandato



do presidente Sarney em quatro anos, tem maioria absoluta na Comissão de Sistematização, caso necessite ser votado, antes de ser enviado a plenário. Ontem à tarde, ele já havia obtido 181 dos 187 apoios exigidos para a apresentação da proposta à Mesa Diretora da Constituinte.

Segundo seu entendimento, o Regime Interno da Constituinte não exige que projetos de decisão sejam votados pelo plenário da Comissão de Sistematização, quando o parecer do relator é favorável à matéria. Com relação especificamente à proposta do deputado petebista, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) já anunciou que vai dar parecer favorável ao projeto, uma vez que a discussão sobre o mandato do presidente ameaça a soberania da Constituinte. Segundo Cabral, a definição do mandato seria elemento tranquilizador dos trabalhos da Constituinte.

Certo de que o projeto, fixando em quatro anos o mandato do presidente da República, passará pela Comissão, Arnaldo Faria informou que somente vai apresentar sua proposta à Mesa da Constituinte, da qual faz parte como terceiro-secretário, na próxima terça-feira, mesmo que complete hoje as 187 assinaturas exigidas pelo Regimento.

Na sua avaliação, além dos 187 parlamentares que devem assinar a proposta mais 50 constituintes, que estão viajando, são favoráveis à proposição. Com isso, ele teria mais de 230 votos, restando apenas 50 para atingir o quórum de 280, exigidos para a aprovação do projeto. "Os 50 votos restantes devemos conseguir com a ajuda da pressão popular pela eleição de presidente em 1988", prevê.

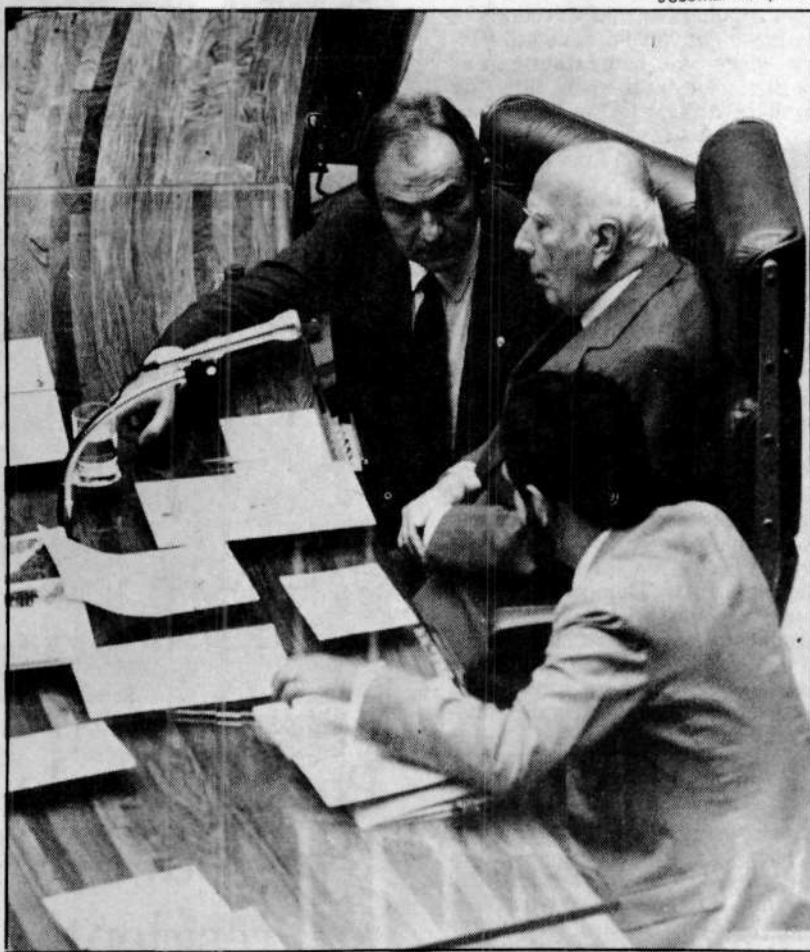
Deputado nunca cumpriu mandato

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), apesar de apoiar informalmente o presidente Sarney, não entrou em choque com sua agremiação partidária ao defender um mandato de quatro anos. Antes de tomar esta posição, discutiu o assunto com o líder do partido, deputado Gastone Righi (SP), que o liberou para defender a iniciativa.

Aos 41 anos, é um dos poucos parlamentares que chegaram à Assembleia Nacional Constituinte sem ter exercido, anteriormente, qualquer cargo público ou cumprido mandato eletivo.

Arnaldo Faria, terceiro secretário da Mesa Diretora da Casa, foi o único deputado do PTB a comparecer ao comício pelas diretas, realizado em frente ao Congresso Nacional.

Os 115 mil votos que obteve nas últimas eleições foram conseguidos graças ao programa que apresentava diariamente numa emissora de Tv em São Paulo, agora reduzido a apenas duas edições. Recentemente, pediu e expulsão do prefeito Jânio Quadros, do PTB, devido às suas constantes viagens ao exterior e sua pouca assiduidade na prefeitura.



Arnaldo Faria, com Ulysses e Cabral, diz que tem maioria

Constituinte tem duas propostas semelhantes

Além da iniciativa do deputado Arnaldo Faria — que pretende precipitar a definição sobre o mandato do presidente José Sarney, apenas duas outras propostas com o objetivo parecido foram apresentadas até agora na Assembleia Constituinte.

A primeira é do senador Itamar Franco, do PL de Minas, que modifica o artigo 458 do Projeto de Constituição, a fim de estabelecer o término do mandato do atual presidente em 15 de março de 89, com eleição para escolha de seu sucessor em 15 de novembro de 1988.

A segunda emenda é da de-

Ulysses apóia calendário de líder do PDT

O líder do PDT na Constituinte, deputado Bocayuva Cunha (RJ), sugeriu ontem uma pauta, que agradou a Ulysses, prevendo a convocação de sessões extraordinárias, a partir da próxima semana.

Pela proposta de Bocayuva, a Constituinte convocaria sessões extraordinárias três vezes por semana (terças, quartas e quintas), sempre pela manhã (das 09h00 às 13h00), abrindo inscrições prévias para oradores e de acordo com o seguinte calendário: dia 4 de agosto, Educação e Cultura; dia 5, Estado, União e Município; dia 6, Reforma Agrária; dia 11, Economia, Propriedade, Estatutos de Empresa Nacional; dia 12, Direito Trabalhista e Liberdade Sindical; dia 13, Sistema de Governo (Parlamentarismo ou Presidencialismo); dia 18, Sistema Eleitoral e Voto Distrital; dia 19, Reforma Agrária; e dia 20, Saúde e Previdência.

putada Cristina Tavares, do PMDB de Pernambuco, mas estabelece a data de 1º de janeiro de 1989 como término do mandato do atual presidente.

Até agora, o deputado Osvaldo Macedo, do PMDB do Paraná, ainda não encaminhou à secretaria da Constituinte sua emenda determinando que o sucessor de Sarney seja eleito em novembro de 1988 e empossado em 1989.

Os peemedebistas esperam conseguir, até o dia de encerramento da apresentação de emendas ao projeto de Constituição cinco milhões de assinaturas em apoio à tese da redução do mandato de Sarney.

Emenda sobre religião nas escolas passa

Com os votos contrários da esquerda e dos evangélicos, a Comissão de Sistematização aceitou, ontem, a emenda popular que determina que o Estado garantirá a educação religiosa nas escolas de 1º e 2º graus. A emenda foi apresentada pela Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, Conselho de Igrejas para Educação Religiosa e Instituto Pastoral de Mato Grosso.

Na mesma sessão, a Comissão de Sistematização aprovou o arquivamento de três outras propostas de emendas, por não estarem acompanhadas do mínimo de 30 mil assinaturas de eleitores. Uma, se referia aos direitos das crianças, apresentada pela Comissão Nacional Criança e Constituinte. A segunda emenda, que foi encaminhada pelo Sindicato dos Artistas de São Paulo, proibindo a censura aos espetáculos, acabou arquivada por ter sido apresentada por apenas uma entidade.

Valle defende mais de um substitutivo

O deputado Alvaro Valle (PL-RJ) apresenta hoje à Mesa da Constituinte um Projeto de Resolução visando mudar o Regimento Interno em seu artigo 23, parágrafo 2º, para permitir a apresentação de substitutivo pelos constituintes, desde que subscrito por 188 membros da Assembleia. Segundo Valle, o Projeto, que já tem as 96 assinaturas necessárias à sua apresentação, constitui-se numa alternativa, caso o Substitutivo apresentado pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não satisfaça aos anseios maioria dos parlamentares.

Ele explica que a exigência de 188 assinaturas para apresentação de substitutivo é para não tumultuar os trabalhos da Constituinte: "Assim só poderemos apresentar, no máximo, 3 substitutivos ao projeto, caso o texto do relator não agrade".

Apoio

Segundo o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos signatários do Projeto de Resolução, a sua aprovação em plenário pode representar a primeira ação do bloco suprapartidário.

Cardoso avalia que este grupo tem atualmente de 330 a 350 parlamentares, em sua maioria do PMDB, PFL, PDS, PTB e PL e que no movimento já estão engajados pelo menos três líderes de partidos: os deputados José Lourenço, do PFL, Gastoni Righi do PTB e Amaral Netto do PDS.

Cabral diz não

O deputado Bernardo Cabral não apóia o projeto de Decisão do deputado Alvaro Vale, que, se aprovado pelo plenário da Constituinte, tira da competência exclusiva do relator a apresentação de substitutivo ao Projeto de Constituição: «Ainda não vi o texto do projeto, mas pelo que sei trata-se de uma desconfiança em relação ao relator e, sendo assim, não posso aceitá-lo».

Faria antecipa

Com a iniciativa de apresentar um projeto de decisão fixando o mandato presidencial, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) conseguiu antecipar-se ao recém-criado Movimento Unidade Progressista, do PMDB, que pretende apresentar emenda popular no mesmo sentido, com mais de cinco milhões de assinaturas.

Contra a Fenen

A cartilha distribuída pela Federação Nacional de Ensino (Fenen) aos sindicatos de escolas particulares, convocando-os para a ocupação das galerias da Assembleia Constituinte a fim de pressionar a aprovação da proposta que libera recursos públicos para rede particular, recebeu ontem, severas críticas de parlamentares de vários partidos. Eles se referiram ao fato como "uma ameaça à Constituinte".

Maçon adverte

"A Pátria está mergulhada em grave crise política, econômica, financeira social e moral, que conduz nosso povo a profunda intraquillidade", advertiu a maçonaria em manifesto divulgado ontem, no qual propõe a imprescindibilidade dos crimes de tortura e de corrupção, uma pericia na dívida externa, "para comprovação dos ingressos das aplicações e dos saldos atuais", e apoio aos constituintes "para que se mantenham acima de quaisquer pressões ilegítimas".